CHEVROLET | SERVIÇOS FINANCEIROS

TRACKER

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2021, 2020 e 31 dezembro de 2020.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R$7.660 milhões (2020 - R$8.475 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R$2.770 milhões (2020 - R$2.883 milhões) e os Ativos totalizaram R$10.698 milhões (2020 - R$13.039 milhões). O índice de Basileia em 30 de junho de 2021 foi de 36,76% (2020 - 35,09%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo 20 de agosto de 2021

A Administração

Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	jun/21	dez/20
Circulante		4.654.414	6.524.475
Disponibilidades	4	34	42
Instrumentos Financeiros		4.378.914	6.584.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	584.838	2.261.523
Títulos e Valores Mobiliários	5b	145.276	144.759
Operações de crédito	7	3.648.800	4.178.361
Operações de crédito - setor privado		3.446.786	3.604.977
Operações de crédito - vinculadas a cessão		202.014	573.384
Operações de arrendamento mercantil	7	12.094	13.335
Operações de arrendamento a receber - setor privado		12.094	13.335
Outros ativos		383.176	46.672
Diversos	8	375.149	37.331
Bens não de uso próprio	9a	2.498	2.134
Despesas antecipadas	9b	5.529	7.207
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(119.804)	(120.217)
Operações de crédito		(119.673)	(120.104)
Operações de arrendamento mercantil		(131)	(113)
Realizável a Longo Prazo		5.223.210	5.748.378
Instrumentos Financeiros		3.991.552	4.274.050
Operações de crédito	7	3.991.552	4.274.050
Operações de crédito - setor privado		3.906.828	4.105.634
Operações de crédito - vinculadas a cessão		84.724	168.416
Operações de arrendamento mercantil	7	7.405	9.499
Operações de arrendamento a receber - setor privado		7.405	9.499
Outros ativos		684.455	948.244
Diversos	8	683.760	946.891
Despesas antecipadas	9b	695	1.353
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(134.892)	(130.454)
Operações de crédito		(134.812)	(130.374)
Operações de arrendamento mercantil		(80)	(80)
Ativo Fiscal Diferido	8	674.690	647.039
Permanente		820.114	765.606
Investimentos		804.118	748.878
Participações em controladas no país	10	804.118	748.878
Imobilizado de uso		28.509	27.847
Outras imobilizações de uso		28.509	27.847
Depreciações acumuladas		(12.513)	(11.119)
Total do Ativo		10.697.738	13.038.459

PASSIVO	Nota	jun/21	dez/20
Circulante		4.650.975	7.231.211
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	11	3.942.912	6.120.134
Depósitos		1.107.509	2.336.677
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		2.835.403	3.783.457
Provisões	13a	6.658	7.119
Obrigações fiscais diferidas	14	66.276	181.927
Outras obrigações		635.129	922.031
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.006	1.024
Fiscais e previdenciárias	14	349.639	236.102
Diversas	13b	282.484	684.905
Exigível a Longo Prazo		3.216.259	2.843.871
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	11	2.343.601	1.964.586
Depósitos		1.569.593	1.470.752
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		774.008	493.834
Provisões	13a	31.860	31.962
Obrigações Fiscais Diferidas	14	142.429	24.077
Outras obrigações		698.369	823.246
Fiscais e previdenciárias	14	601.171	597.719
Diversas	13b	97.198	225.527
Resultado de Exercícios Futuros		59.770	80.084
Resultado de exercícios futuros	16	59.770	80.084
Patrimônio Líquido		2.770.734	2.883.293
Capital	17	2.416.479	2.416.479
De domiciliados no país		2.416.470	2.416.470
De domiciliados no exterior		9	9
Reserva de lucros	17	354.255	466.814
Total do Passivo		10.697.738	13.038.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2020	2.416.479	159.200	207.915	–	2.783.594
Lucro líquido do semestre	–	–	–	207.088	207.088
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	–	10.355	89.344	(99.699)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(107.389)	(107.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.416.479	169.555	297.259	–	2.883.293
Lucro líquido do semestre	–	–	–	184.647	184.647
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	–	9.232	175.415	(184.647)	–
Dividendos	–	–	(297.206)	–	(297.206)
Saldos em 30 de junho de 2021	2.416.479	178.787	175.468	–	2.770.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	jun-21	jun-20
Receitas de Intermediação Financeira		684.166	793.323
Operações de crédito	18	658.574	747.602
Operações de arrendamento mercantil		12.798	17.885
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	12.794	27.836
Despesas da Intermediação Financeira		(266.428)	(403.376)
Operações de captações no mercado	11a	(119.329)	(193.742)
Operações de arrendamento mercantil		(11.676)	(15.824)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(16.129)	(53.006)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(119.294)	(140.804)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		417.738	389.947
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(118.034)	(39.165)
Receitas de prestação de serviços		22.942	33.373
Rendas de tarifas bancárias	23	22.821	25.180
Despesas de Pessoal	19	(65.985)	(62.282)
Outras despesas administrativas	20	(131.199)	(137.784)
Despesas tributárias	24	(25.590)	(22.419)
Resultado de equivalência patrimonial	10	55.240	43.423
Outras receitas operacionais	21	27.908	109.540
Outras despesas operacionais	22	(24.171)	(28.196)
Resultado Operacional		299.704	350.782
Resultado Não Operacional		4.873	597
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		304.577	351.379
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	(105.505)	(120.555)
Provisão para imposto de renda corrente		(71.282)	(33.604)
Provisão para contribuição social corrente		(59.173)	(28.463)
Ativo fiscal diferido		24.950	(58.488)
Participações no lucro		(14.425)	(11.966)
Lucro Líquido do Semestre		184.647	218.858
Lucro Líquido por Ação - R$		0,16	0,19

Total de ações - 1.141.400.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	jun/2021	jun/2020
Lucro Líquido do Semestre	184.647	218.858
Resultado Abrangente do Semestre	184.647	218.858
Atribuível a Controladora	184.646	218.857
Atribuível aos Não Controladores	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	jun-21	jun-20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		435.990	335.757
Lucro Líquido do semestre		184.647	218.858
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		2.275	2.618
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		6.938	7.636
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3e	3.171	6.617
Outras despesas de arrendamento		1.568	1.571
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(254)	(22)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(55.240)	(43.423)
Resultado na alienação de Bens Não de Uso - BNDU		(4.291)	(503)
Provisão para operações de credito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	119.294	140.804
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia e Impostos a Compensar	21	(6.375)	(10.539)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(517)	(7.073)
Juros apropriados de Depósitos		43.701	88.921
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		30.917	15.536
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	6.622	5.902
Resultados de Exercícios Futuros	16	(51.871)	(94.725)
Ativo Fiscal Diferido	12b	24.950	(58.488)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	12b	130.455	62.067
Variação de Ativos e Obrigações		(1.814.189)	1.076.747
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		700.126	1.091.565
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(69.676)	604.716
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		2.336	(7.388)
(Aumento) Redução em Bens não de Uso		3.927	(7.496)
Aumento (Redução) em Depósitos		(1.174.028)	26.121
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(698.797)	(351.494)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(546.720)	(202.765)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		31.557	58.636
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(11.677)	(15.824)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(51.237)	(119.324)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(1.378.199)	1.412.504
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de Imobilizado de Uso		1.556	2.170
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.845)	(2.256)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(1.289)	(86)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	17b	(297.205)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(297.205)	–
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.676.693)	1.412.418
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre		2.261.565	691.645
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios/semestre		584.872	2.104.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A. é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020;
d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16
e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN 4.636/18;
f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
j) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº4.535/16;
k) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15;
l) CPC 41 Resultado por ação - homologado pela resolução BCB 2;
m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo - homologado pela resolução CMN nº 4.748/19;
n) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 20 de agosto de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito seguem os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

d) Instrumentos Financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

ii. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

e) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2020, insuficiência de depreciação no montante de R$3.171 (R$6.617 em 2020), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação para o semestre de 2021 de R$20.848 (R$22.114 em 2020), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

g) Passivo circulante e exigível em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2021, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$240 no ano (R$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

k) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

l) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes; e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2021	2020
Disponibilidades	34	42
Total	34	42

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2021, apresentavam montantes de R$584.838 (R$2.261.523 em 2020), e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R$ 12.277 (R$ 20.763 em 2020).

Títulos e Valores Mobiliários	2021	2020
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	84.840	1.800.052
Aplicação de Mercado Aberto - LFT	–	61.475
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	499.998	399.996
Total	584.838	2.261.523

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

30 de junho de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos pai a negociação				
Títulos privados				
Cotas de Fundo de Investimento	–	145.276	–	145.276
Total	–	145.276	–	145.276

31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Títulos privados				
Cotas de Fundo de Investimento	–	144.759	–	144.759
Total	–	144.759	–	144.759

c) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 30 de junho de 2021, era de R$145.276 (R$144.759 em 2020). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R$517 (R$ 7.073 em 2020).

Títulos e Valores Mobiliários	2021	2020
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	145.276	144.759
Total	145.276	144.759

(i) Representado por aplicação em cotas subordinadas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,470% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

continua →

CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

ONIX

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

Participação no patrimônio líquido do FIDC:
Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.
As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniors	Máximo de 75%
Cotas subordinadas (a)	Mínimo de 25%

a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.
Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:
A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.
Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

Operações de Crédito	2021	2020
Empréstimos	83.585	87.454
Financiamentos	7.270.029	7.623.157
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	286.738	741.800
Operações de arrendamento mercantil	19.499	22.834
Total	**7.659.851**	**8.475.245**

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	2021	2020
Arrendamentos a receber	20.789	24.582
Rendas a apropriar	(20.789)	(24.579)
Valores residuais a apropriar	188	222
Valores residuais a balancear	(188)	(222)
Imobilizado de arrendamento	19.841	23.316
Valor residual antecipado	(342)	(485)
Valor presente dos contratos	**19.499**	**22.834**

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2021		2020	
Setor privado	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa física	6.836.050	89,3%	7.251.878	85,6%
Outros serviços	493.356	6,4%	551.869	6,5%
Comércio	322.842	4,2%	663.394	7,8%
Indústria	7.603	0,1%	8.104	0,1%
Total	**7.659.851**	**100,00%**	**8.475.245**	**100,0%**

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2021		2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	50.156	0,6%	43.852	0,5%
De 61 a 180 dias	23.472	0,3%	22.047	0,3%
De 181 a 360 dias	8.175	0,1%	10.925	0,1%
	81.803	1,0%	76.824	0,9%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	2.072.105	27,8%	2.504.597	30,2%
De 181 a 360 dias	1.506.987	19,5%	1.610.275	18,8%
Acima de 360 dias	3.998.956	51,7%	4.283.549	50,1%
	7.578.048	99,0%	8.398.421	99,1%
Total	**7.659.851**	**100%**	**8.475.245**	**100%**

e) Concentração do risco de crédito:

	2021		2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
O maior devedor	19.595	0,3%	75.225	0,9%
10 maiores devedores	103.794	1,4%	175.183	2,1%
50 devedores seguintes	193.387	2,5%	319.126	3,8%
100 devedores seguintes	131.689	1,7%	223.346	2,6%
Demais devedores	7.211.386	94,1%	7.682.365	90,6%
Total	**7.659.851**	**100,0%**	**8.475.245**	**100,0%**

f) Composição da carteira por indexadores:

	2021		2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.308.352	95,4%	7.808.976	92,1%
Pós-fixado	351.499	4,6%	666.269	7,9%
Total	**7.659.851**	**100,00%**	**8.475.245**	**100,00%**

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos	Total
Saldo no início do semestre	243.046	7.625	250.671
Constituição/(Reversão) de provisões	124.787	(5.493)	119.294
Baixas	(115.269)	–	(115.269)
Saldo no fim do semestre	**252.564**	**2.132**	**254.696**

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

		2021		2020	
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA		38.089	–	49.562	–
A	0,50%	4.955.860	24.778	6.062.059	30.310
B	1,00%	578.006	5.780	604.646	6.046
C	3,00%	1.575.172	47.255	1.284.176	38.525
D	10,00%	292.170	29.217	264.599	26.460
E	30,00%	62.609	18.783	57.187	17.156
F	50,00%	40.050	20.025	28.288	14.144
G	70,00%	30.125	21.088	22.327	15.629
H	100,00%	87.770	87.770	102.401	102.401
Total		**7.659.851**	**254.696**	**8.475.245**	**250.671**

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R$27.046 (R$ 27.650 em 2020), contabilizado no grupo de Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2021, existiam contratos renegociados no montante de R$24.764 (R$ 16.815 em 2020).
j) Cessão de crédito
Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R$728.713 (R$3.906.007 em 2020), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R$3.621 (R$15.990 em 2020).
O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2021, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R$38.300 (R$314.358 em 2020), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" nota 13 no montante de R$38.181 (R$ 313.545 em 2020). Há provisão para perda esperada associada para risco de crédito para estas cessões no montante de R$382 (R$ 4.557em 2020) registrado na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".
Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R$287.498 (R$ 255.619 em 2020), tendo apropriado despesas no montante de R$12.508 (R$ 37.016 em 2020). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2024.
O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 30 de junho de 2021, consta o montante de R$248.437 (R$ 427.442 em 2020), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota13) no montante de R$270.376 (R$ 471.515 em 2020). Há provisão para perda esperada associada ao risco de crédito sobre essas cessões, no montante de R$1.750 (R$ 3.068 em 2020), registrada na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".
k) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações cedidas.

	Contratos cedidos		
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída
AA		1.430	
A	0,50%	251.459	1.257
B	1,00%	18.289	183
C	3,00%	13.730	412
D	10,00%	1.532	153
E	30,00%	245	73
F	50,00%	–	–
G	70,00%	–	–
H	100,00%	53	53
Total		**286.738**	**2.131**

l) Análise da sensibilidade das operações
A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, ΔEVE e ΔNII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente. Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (I) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (II) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de stress.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2021	2020
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 12c)	674.690	647.039
Depósitos judiciais (nota 15b) (i)	953.545	946.891
Devedores diversos - país (ii)	27.892	12.466
Impostos a recuperar (iii)	45.778	4.799
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 25e) (iv)	27.808	19.046
Adiantamentos e Antecipações Salariais	3.886	1.020
Total	**1.733.599**	**1.631.261**
Ativo circulante	375.149	37.331
Realizável em longo prazo	1.358.450	1.593.930

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15).
Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).
(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, *"Floor Plan"* e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R$27.892 (R$12.467 em 2020).
(iii) Refere-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social de 2021 R$ 40.876 (R$ 37.566 em 2020).
(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de *"Floor Plan"* e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R$5.867 (R$14.671 em 2020). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R$14.880 (R$4.376 em 2020).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso:
Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o saldo de Bens não de uso totalizava R$2.498 (R$ 2.134 em 2020).
b) Despesas antecipadas:
As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com o Banco Bradesco no montante de R$2.247 (R$ 2.992 em 2020), e de R$2.260 (R$3.338 em 2020) refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%. A apropriação das despesas é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2021, o saldo de despesas antecipadas montava R$6.224 (R$ 8.560 em 2020), e foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2021 despesas no montante de R$9.243 (R$ 6.515 em 2020), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 20).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2021		2020	
	GMAC Adm de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio Liquido no final do semestre antes da apuração do resultado	565.424	183.454	546.736	147.556
Lucro (prejuízo) do semestre	34.037	21.203	18.688	35.898
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos				
No início do semestre	565.424	183.454	546.736	147.556
Resultado de equivalência patrimonial	34.037	21.203	18.688	35.898
No final de 30 de junho de 2021	**599.461**	**204.657**	**565.424**	**183.454**

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2021	2020
Depósitos interfinanceiros	–	414.162
Depósitos a prazo	2.677.102	3.393.267
Letras financeiras	3.609.411	4.277.291
Total	**6.286.513**	**8.084.720**
Passivo circulante	3.942.912	6.120.134
Exigível a longo prazo	2.343.601	1.964.586

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE LF e Letra Financeira Garantida - LFG com vencimentos até Junho de 2024, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 3,76% e 9,23% ao ano no montante de R$722.042 (R$779.474 em 2020) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 140%, no montante de R$5.564.471 (R$4.532.752 em 2020).
a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2021	2020
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	2.156	60.141
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	58.876	94.007
Letras financeiras	55.828	37.498
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	2.469	2.096
Total	**119.329**	**193.742**

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	298.692	298.692	351.379	351.379
Alíquotas do Banco	25%	20%	25%	20%
Despesas de acordo com as alíquotas	**(74.673)**	**(59.738)**	**(87.845)**	**(70.276)**
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	3.606	2.885	2.992	2.393
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	12.339	9.871	10.856	8.685
Outras adições/exclusões permanentes	(598)	(157)	(708)	(265)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	**15.347**	**12.599**	**13.140**	**10.813**
Incentivos Fiscais (i)	866	–	633	–
Ajuste de imposto corrente semestre anterior (ii)	82	–	–	–
Ajuste de imposto diferido semestre anterior (ii)	–	–	1.783	1.427
Ajuste prejuízo fiscal	–	–	–	–
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (vide explicação nota 3, subitem j)	–	–	–	9.757
Adicional do imposto de renda	12	–	12	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	**(58.366)**	**(47.139)**	**(72.276)**	**(48.279)**
	(105.505)		**(120.555)**	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R$864 (R$ 1.176 em 2020) referem-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589, R$0 (R$ 1.140 em 2020) referem-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R$ 0 (R$ 285 em 2020) referem-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, artigo 3º), R$ 0 (R$285 em 2020) referem-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, artigo 1º), R$ 0 (R$ 285 em 2020) referem-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º), e R$ 0 (R$ 285 em 2020) referem-se ao incentivo do PRONON e do PRONAS (Lei 12.715/2012)..
(ii) O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.
b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social":

	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos	(71.364)	(59.173)	(33.604)	(28.463)
IR e CS correntes semestre anterior	82	–	–	–
Constituição realização de impostos diferidos:	12.915	12.034	(38.672)	(19.816)
Prejuízo Fiscal Base Negativa	(1.810)	–	(14.680)	–
Provisão para operação de crédito	17.723	14.178	(22.223)	(17.778)
Provisões para riscos fiscais	1.113	890	1.370	1.096
Outras Adições Temporárias	(2.293)	(1.834)	(2.335)	(1.318)
Correção de Depósitos Judiciais	(1.500)	(1.200)	(2.270)	(1.816)
Superveniência de Depreciação Ajuste de Imposto Diferido Semestre Anterior	(317)	–	1.466	–
Total	**(58.366)**	**(47.139)**	**(72.276)**	**(48.279)**
	(105.505)		**(120.555)**	

c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 30 de junho:

	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais e base negativa	79.624	–	81.434	–
Adições temporárias:	333.083	261.983	316.857	248.748
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	125.580	100.464	107.858	86.286
Provisão para riscos fiscais	189.514	151.298	188.401	150.408
Insuficiência de depreciação	5.212	–	5.529	–
Outras Adições Temporárias (i)	12.777	10.221	15.069	12.054
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	412.707	261.983	398.291	248.748
Total de créditos tributários	**674.690**		**647.039**	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.
d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

	IR		CS		Valor contábil	Valor Presente
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2021	52.569	–	41.773	–	94.342	88.859
2022	54.888	–	41.694	–	96.582	84.295
2023	74.763	–	59.269	–	134.032	107.740
2024	137.321	–	108.726	–	246.047	181.792
2025	602	–	482	–	1.084	734
2026	6.277	–	4.708	–	10.985	6.835
2027	4.337	–	3.470	–	7.807	4.445
2028	1.904	54.695	1.523	–	58.122	30.240
2029	165	24.929	132	–	25.226	11.966
2030	257	–	206	–	463	201
Total	**333.083**	**79.624**	**261.983**	–	**674.690**	**517.107**

O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 517.107(R$606.614 em 2020), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros. Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.
e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários:	31/12/2020	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	338.809	2.003	340.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194.144	31.901	226.045
Sobre Insuficiência	5.529	(317)	5.213
Outras adições temporárias	27.123	(4.127)	22.996
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	565.605	29.460	595.066
Créditos de Prejuízo Fiscal	81.434	(1.810)	79.624
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	81.434	(1.810)	79.624
Total de créditos tributários	**647.039**	**27.650**	**674.690**
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(206.004)	(2.701)	(208.705)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(206.004)	(2.701)	(208.705)
Líquido	**441.035**	**24.949**	**465.985**

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Provisões:

Provisões	2021	2020
Provisão para riscos cíveis (nota 15)	16.431	17.425
Provisão para riscos trabalhistas (nota 15)	22.087	21.656
Total	**38.518**	**39.081**
Passivo Circulante	6.658	7.119
Exigível a longo prazo	31.860	31.962

b) Composição das outras obrigações diversas:

	2021	2020
Valores a repassar a Seguradoras	5.278	14.229
Credores diversos • país	12.088	18.767
Valores a pagar de despesas com pessoal	33.175	36.056
Valores a pagar de sociedades ligadas (nota 25e)	4.365	34.700
Valores a pagar a fornecedores diversos	16.025	21.620
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (nota 7j) (i)	308.751	785.060
Total	**379.682**	**910.432**
Passivo Circulante	282.484	684.905
Exigível a longo prazo	97.198	225.527

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R$270.582 (R$471.515 em 2020) e FIDC no montante R$ 38.169 (R$313.545 em 2020), conforme nota 7j.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2021	2020
Outros impostos indiretos a pagar	9.256	16.771
Provisão para imposto sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	130.537	10.402
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 12e)	208.705	206.004
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 15a)	811.017	806.648
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	**1.159.515**	**1.039.825**
Passivo circulante	415.915	418.029
Exigível a longo prazo	743.600	621.796

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais:

Provisão para Riscos:	2021	2020
Provisões paia riscos e obrigações legais (nota 14)	811.017	806.648
Provisões para riscos cíveis (nota 13)	16.431	17.425
Provisões para riscos trabalhistas (nota 13)	22.087	21.656
Total de provisões e obrigações legais	**849.535**	**845.729**

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	806.648	21.656	17.425	845.729
Constituições (Reversões) líquidas do exercício	4.369	920	1.333	6.622
Valores pagos no exercício	–	(489)	(2.327)	(2.816)
Saldo no final do exercício	811.017	22.087	16.431	849.535
Depósitos em garantia (nota 8)	**927.920**	**7.367**	**18.258**	**953.545**

Obrigações Legais
Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.
PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.
Riscos trabalhistas
São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.
Riscos cíveis
São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.
c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2021		2020	
	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Cíveis	920	R$ 22.334	906	R$ 16.662
Trabalhistas	14	R$ 2.764	13	R$ 2.439
Fiscais	240	R$ 104.566	237	R$ 92.754
Total	**1.174**	**R$ 129.664**	**1.156**	**R$ 111.855**

16. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R$59.770 (R$80.084 em 2020), conforme nota 25e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no semestre findo em 30 de junho de 2021 foram reconhecidos resultados de R$51.871 (R$ 94.725 em 2020).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:
O capital social no montante de R$2.416.479 (R$2.416.479 em 2020) está representado por ações ordinárias (1.141.400.925 em 2020)
b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:
Em 24 de junho de 2021, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos aos acionistas, dentro do limite permitido pelo Banco Central, o montante de R$297.206 (Em 2020 foram pagos R$107.389 de Juros sobre Capital Próprio).
c) Reservas de Lucros:
A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2021 é de R$ 354.255 (R$466.814 em 2020).
d) Lucro por ação:
i) Básico e Diluído
O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações durante o período.

	jun/21	jun/20
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	184.647	218.858
Quantidade de Ações	1.141.400.925	1.141.400.925
Lucro Básico e Diluído por ações (em reais)	**0,16**	**0,19**

18. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	jun/21	jun/20
Receita com operação de atacado	21.899	98.021
Receita com operação de varejo	636.675	649.581
Total	**658.574**	**747.602**

19. DESPESAS DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	jun/21	jun/20
Despesas com proventos	36.920	33.749
Despesas com encargos sociais	16.283	15.932
Despesas de benefícios	12.725	12.577
Outras	57	24
Total	**65.985**	**62.282**

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	jun/21	jun/20
Comissões pagas às concessionárias	74.601	71.845
Sistemas de processamento de dados	8.446	8.994
Serviços técnicos especializados	16.064	14.520
Propaganda e publicidade	2.910	2.556
Sistemas de comunicação	2.221	2.970
Serviços prestados de terceiros	9.100	10.540
Despesas com sistema financeiro	9.243	6.515
Despesas com seguros	479	587
Emolumentos pagos aos cartórios	1.406	10.142
Amortizações e depreciações	2.274	2.618
Outras	4.455	6.497
Total	**131.199**	**137.784**

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	jun/21	jun/20
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	6.375	10.539
Recuperação de despesas	13.756	89.467
Reversão de provisão fiscal	136	2.961
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	3.048	3.365
Resultado na venda de bens não de uso próprio	4.122	2.748
Outros	471	460
Total	**27.908**	**109.540**

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	jun21	jun/20
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	4.588	8.439
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	5.301	6.888
Despesa com juros e cobrança	11.055	10.702
Despesas com juros e multas	24	2.126
Outras (i)	3.203	41
Total	**24.171**	**28.196**

(i) Refere-se principalmente com o reembolso de despesas para emissão de documentos.

23. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R$22.821 (R$ 25.180 em 2020).

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	jun21	jun/20
COFINS	18.557	14.994
PIS	3.015	2.436
ISS	2.454	3.304
OUTROS	1.564	1.685
Total	**25.590**	**22.419**

25. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração:
Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.
b) Benefícios de Curto Prazo:

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	2021	2020
Remuneração fixa	1.353	1.222
Remuneração variável	2.509	919
Total	**3.862**	**2.141**

c) Rescisão do Contrato:
Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.
d) Outras Informações - Operações de Crédito:
Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.
e) Transação com partes relacionadas:
As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

continua

CHEVROLET | SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE PREMIER

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021, 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R$)

	2021		2020	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Outros créditos	5.867	–	4.879	–
Rendas de prestação de Serviços	–	7.931	–	7.974
Outras obrigações - Diversas	(4.365)	–	(6.084)	–
Resultado de exercícios futuros (nota 16)	(59.770)	51.871	(64.650)	44.607
GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:				
Outros créditos	69	–	–	–
Captações em depósitos a prazo	(42.112)	(534)	(40.711)	(395)
Receita de prestação de Serviços				
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:	–	408	–	–
Outros créditos	3.148	–	1.450	–
Captações em depósitos a prazo	(587.665)	(17.674)	(555.017)	(17.248)
Receita de prestação de Serviços	–	17.989	–	7.110
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos	845	–	812	–
Captações em depósitos a prazo	(205.611)	(2.474)	(186.055)	(1.687)
Receita de prestação de Serviços	–	4.975	–	4.245
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos	17.826	–	2.114	–
Receita de prestação de Serviços	–	4.136	–	4.291
General Motors Holdings Participações Ltda.:				
Outros créditos	54	–	–	–
Captações em depósitos a prazo	(5.738)	(77)	(10.882)	(46)
Receita de prestação de Serviços	–	318	–	–
Valores a pagar - Dividendos	(1)	–	–	–

26. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Departamento de Riscos Corporativos - foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*), suprindo e reportando ao CRO;

(ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRIs*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

(vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;

(viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2021, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R$ 196.380 (R$ 195.590 em dez/2020), sendo R$ 58.018 (R$ 58.018 em dez/2020) de Principal, R$ 523 (R$ 523 em dez/2020) de multas e R$ 137.839 (R$ 137.049 em dez/2020) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento.

Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

28. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2021 foi de 36,76%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	50	10	1
Risco reduzido - 75%	6.985.380	5.239.034	419.123
Risco reduzido - 85%	136.276	115.835	9.267
Risco reduzido -100%	899.687	899.687	71.975
Risco reduzido - 250%	182.268	455.671	36.454
Sub Total 1	8.203.661	6.710.237	536.820
Parcela para cobertura de Risco Operacional	645.789	645.789	55.699
Sub Total 2	645.789	645.789	55.699
Total	**8.849.450**	**7.356.026**	**592.519**
Patrimônio de referência			2.704.264
Índice de Basileia			36.76%

29. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em junho de 2021 o Banco GM não teve resultado de operações não recorrentes.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emitida em 14 de julho de 2021, Lei nº14.183, que dispõe, principalmente, sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor financeiro no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, de 20% para 25%, com o reestabelecimento da alíquota em 01/01/2022. A administração está avaliando os reflexos da referida Lei os quais terão efeito nas demonstrações financeiras ao longo do segundo semestre de 2021.

Em 18 de agosto de 2021, o Banco antecipou o pagamento das Letras Financeiras Garantidas, contratadas junto ao Banco Central do Brasil, cujo o vencimento original seria em dezembro de 2021, no valor de R$ 400.057.

31. OUTROS ASSUNTOS

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados à pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações do Banco GM, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo da pandemia o Banco GM adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente, além da adoção de ações de renegociação e extensão de vencimento por até 60 dias, contribuindo de forma sustentável para o reequilíbrio financeiro e minimização dos impactos decorrentes da pandemia.

O Banco GM de forma conservadora, vem participando de programas como Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas, dentre outras iniciativas para o desenvolvimento de produtos que fomentem o negócio e facilitem o acesso dos clientes ao crédito de forma consciente.

A Diretoria

Contador: **Alexandre Passos Alves** - CRC 1SP-297700/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - 1º Semestre de 2021

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) composto pelo Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominados em conjunto Chevrolet Serviços Financeiros, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo.

Em reunião realizada em 20 de agosto de 2021 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, os quais se encontram à disposição do Banco Central do Brasil na sede desta Instituição, sob a guarda da Área de Controles Internos.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2021, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2021 e o Resumo, além de a) demonstrações contábeis, b) relatório semestral de Ouvidoria e c) relatório semestral da Auditoria Interna.

Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2021, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base de 30 de junho de 2021, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de gerenciamento de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 30 de junho de 2021.

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

Documentos aprovados neste Comitê:

- Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4860/2020 do CMN e pela Resolução 28/2020 do BCB.
- Outros documentos de Governança trazidos pela Auditoria Interna para ciência dos membros permanentes deste Comitê relativos ao atendimento às Resoluções 4567/2017 do CMN.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e ao porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Vale mencionar ainda que a Auditoria Interna trouxe para ciência e aprovação dos membros permanenentes o Relatório Semestral am atendimento a Resolução 4567/2017 do CMN, sem qualquer ressalva a apresentada pelos mesmos.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas em conjunto com os cronogramas para implementação das ações cabíveis. Todas seguem sendo endereçadas pelas áreas responsáveis de forma satisfatória e dentro do planejamento esperado.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GM e da GMAC Administradora de Consórcios, conforme critérios consolidados na Resolução 15 do BCB.

III. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis da Chevrolet Serviços Financeiros, para a data-base de 30 de junho de 2021.

São Paulo, 20 de agosto de 2021

O Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores do Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 30 de junho de 2021 o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 7.659.851 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 254.696 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2021, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R$ 849.535 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2021 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de agosto de 2021

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Fabricio Aparecido Pimenta
Contador - CRC-1SP 241659/O-9